

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA: EXPERIÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E ALGUMAS SUGESTÕES PARA O FUTURO (*)

*Tulo H. Montenegro (**)*

Melhorou sensivelmente a disponibilidade de estatísticas no Continente americano, apesar de ainda persistirem vários elementos negativos. Ao mesmo tempo, acentuou-se o desequilíbrio entre as estatísticas econômicas e as estatísticas sociais, quer do ponto de vista das informações produzidas, quer da sua utilização. Em razão das mudanças que estão ocorrendo no Hemisfério Ocidental, da crescente preocupação com a situação dos grupos menos favorecidos e de outro fatores, há necessidade de que se dedique particular atenção às estatísticas sociais, estabelecendo um marco de referência e prioridade para a ação no futuro imediato.

No presente documento procura-se fundamentar as afirmativas anteriores e se formulam algumas sugestões de ordem geral.

Melhoria e Deficiências da Informação Estatística

Tem sido excepcional o aumento no volume e variedade da informação estatística sobre os países latino-americanos nas décadas mais recentes, sobretudo na última. Esse fato é reconhecido por quantos, ao longo do período, tiveram a oportunidade de consultar os anuários, compêndios e publicações nacionais similares. O progresso, nem sempre visível no que divulgam os organismos mundiais, se reflete em compilações regionais como *América em Cifras*, da Organização dos Estados Americanos e Instituto Interamericano de Estatística, e no *Boletín Estadístico*, da Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas. As fontes utilizadas na primeira, por exemplo, entre a edição inicial (1960) e a sétima edição (1972), passaram de 71 a 764; e as fontes nacionais, de 43 a 627. Embora a bibliografia das primeiras edições se tenha constituído, principalmente, de publicações mais conhecidas, o aumento do número de

(*) Apresentado na "Second Latin American Conference of the International Association for Research in Income and Wealth", Rio de Janeiro, GB, Brasil, 9 a 12 de janeiro de 1974.

(**) O autor é Diretor do Departamento de Estatística da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística.

títulos, a partir da terceira, expressa uma preocupação crescente com a expansão e oportuna divulgação das estatísticas apresentadas. De outra maneira não se teria podido aumentar o número de quadros da citada compilação de 183 a 800 e o número de suas páginas de dados estatísticos de 253 a 1.743. Também é evidente, como se tem assinalado em outras oportunidades,¹ que as estatísticas dos países da América Latina, além de mais abundantes, se referem a uma variedade de aspectos sobre os quais outras regiões (excetuada a Europa) não dispõem de dados. Em sua quase totalidade, os países realizaram censos de população, habitação, agricultura e outras atividades econômicas em torno dos anos de 1950, 1960 e 1970, como parte do Programa do Censo da América; as pesquisas domiciliares por amostragem estão-se incorporando rapidamente aos métodos de levantamento da região, como um meio de obter estatísticas, a mais baixo custo e mais rapidamente, sobre maior número de aspectos; numerosas séries são mantidas de forma contínua e, em muitos casos, é possível determinar tendências ou, pelo menos, conhecer as características principais dos países em elevado número de setores.

Os usuários têm razão quando reclamam contra “a falta de informações” e “o atraso das estatísticas”. Entretanto, via de regra se mantêm alheios ao fato de que esses pecados capitais, assim como as deficiências na qualidade dos dados, só diminuem mediante ação continuada dos governos, conforme têm ressaltado as Conferências Interamericanas de Estatística.² A organização e funcionamento eficientes de sistemas estatísticos nacionais integrados, a aplicação adequada de métodos e processos modernos, a eficaz utilização de equipamentos avançados de computação requerem largo tempo e, não poucas vezes, mudanças na mentalidade dos homens públicos que tomam as decisões; é importante que as autoridades reconheçam que estatísticas fidedignas e atualizadas são essenciais e que o progresso gera uma procura crescente de dados e obriga o incessante reajustamento da orientação e processos adotados pelas instituições estatísticas. Ademais, também se necessita da pressão dos usuários das informações, entre estes os responsáveis pelos programas de desenvolvimento e pela aplicação do sistema de contas nacionais e outros sistemas, os quais ainda não estão fazendo tudo quanto está a seu alcance em favor da melhoria das estatísticas que utilizam como matéria-prima. É lento o progresso estatístico mesmo nos países avançados, como o demonstraram recentemente algumas recomendações da Comissão nomeada pelo Presidente dos Estados Unidos,³ para avaliar as estatísticas produzidas pela administração federal nesse país.

O que foi dito não implica negar que, em países em desenvolvimento, medidas isoladas podem ter influência catalítica. A contribuição de uma autoridade nacional que se mostra consciente da importância das estatísticas e as *usa* pode ser mais eficaz, em determi-

nados momentos, que a existência de uma boa legislação orgânica, cuja aplicação tropeça na falta de racionalidade da administração ou é prejudicada pela ausência de tradição estatística. Nesses casos, o papel da autoridade é vital porque, além do fomentar a procura de dados, remove obstáculos administrativos e assegura recursos para financiar os censos e pesquisas em que são eles obtidos. A continuidade do esforço é, entretanto, um dos ingredientes essenciais para as soluções definitivas.

O Desequilíbrio entre as Estatísticas Econômicas e as Sociais

A maior disponibilidade de dados tornou mais evidente o desequilíbrio — que vem de longe — entre as estatísticas econômicas e as estatísticas sociais, quer do ponto de vista da informação mesma, quer de sua utilização. Numerosos fatores têm favorecido o progresso das primeiras: a economia foi reconhecida como ciência antes da sociologia, muitas de suas teorias se estruturaram e amadureceram em prazos historicamente curtos, e vários de seus conceitos se tornaram do domínio público; os fenômenos econômicos passaram a exigir a atenção dos políticos e a medição de ocorrências importantes nesse campo se tornou rotina. Posteriormente, o uso dos dados passou a contribuir de forma direta para sua expansão, tanto para complementar estatísticas tradicionais, como para atender a solicitações de usuários quanto a aspectos pouco conhecidos. No primeiro caso está a pesquisa, por um grupo crescente de países, de aspectos industriais ainda não incluídos nas normas mundiais ou regionais, como, por exemplo, a origem nacional ou internacional das matérias-primas, o valor da depreciação, o valor dos ativos fixos existentes em determinada data, a classificação em separado do ativo fixo formado por conta própria, as categorias adicionais, para a classificação do pessoal ocupado, e outros aspectos destinados a complementar a informação sobre gastos operacionais e gerais das indústrias; ⁴ no segundo caso, está o aprofundamento de alguns aspectos das estatísticas do comércio internacional por parte de países empenhados na busca de novos mercados para seus produtos.

O atraso na evolução das estatísticas sociais não reflete apenas o fato de haver surgido mais recentemente a sociologia e disciplinas conexas e a tão criticada imprecisão de muitos de seus pressupostos e critérios. Reflete, igualmente, preconceitos do público e, em particular, de grupos importantes, quanto às conclusões do estudo de fenômenos sociais, assim como a necessidade de “qualificar respostas”, uma vez que mudança aparentemente insignificantes nas características dos segmentos examinados costumam originar diferenças substanciais nos resultados. Por outro lado, até em países onde se pode defender posições radicais em matéria econômica, a menção de problemas sociais traz associada uma conotação de ordem política, e referências a “los de abajo” provocam desconfiança e, eventualmente, investigações sobre antecedentes ideológicos.

Também se observam diferenças no que concerne à utilização das estatísticas. As de caráter econômico servem não só como fundamento de política econômica e financeira, mas também como medida do bom ou mau desenvolvimento do país. Seus principais consumidores são instituições governamentais ou entidades que, por sua hierarquia, dispõem de meios e influência para conseguir que se produzam os dados de que carecem; ademais, a pressão gerada pelos fatos econômicos sobre os especialistas e políticos tem contribuído para a análise sistemática dos dados e, conseqüentemente, para a melhoria gradual de sua qualidade e consistência. Ocorre o inverso com as estatísticas sociais, exceção feita de alguns dados obtidos através dos censos e das pesquisas domiciliares, que também interessam aos usuários dos dados econômicos.

A Preocupação com os Aspectos Sociais

Parte da crescente preocupação com os aspectos sociais reside nas transformações ocorridas no Continente americano no último quarto de século. Conforme o indicam os censos e as estimativas mais recentes,

- a população total da região, que, no começo da década de 50, era de 321 milhões, ascendeu a 498 milhões em 1970, ou seja, teve um aumento de 55%;
- a população da América Latina (ou seja, dos países do Continente com exceção daqueles de idioma inglês da América do Norte e do Caribe) passou de 155 milhões em 1950 a 270 em 1970; vale dizer, um incremento de 74% em vinte anos;
- a população de menos de vinte anos, que em 1950 era de 135 milhões na região e de 77 milhões na América Latina, subiu a 229 e 142 milhões, respectivamente, em 1970, o que significa um aumento de 70% na região e de mais de 84% na América Latina; mais de metade da população (53%) tem menos de vinte anos de idade;
- mudanças substanciais ocorreram na distribuição da população economicamente ativa; a percentagem da população no setor agropecuário, por exemplo, que antes diminuía apenas no Canadá e nos Estados Unidos, também está baixando na América Latina; vários países que acusavam cerca de 55% no referido setor, em 1950, já agora não ultrapassam os 40%.

Têm sido significativos os esforços para elevar o nível de vida das populações. Nada obstante, nem sempre os resultados a ele correspondem. De um lado, parece ainda remota a possibilidade de

um consenso a respeito dos objetivos dos sistemas de estatísticas e indicadores sociais, ou mesmo do significado de expressões como “a qualidade da vida”.⁵ De outro, os problemas de natureza social pesam, cada vez mais decisivamente, na contabilidade dos males da humanidade.⁶ As taxas de crescimento da população, sobretudo nos países em desenvolvimento, se mantêm altas; as concentrações urbanas não deixam de inchar, mediante um processo continuado de conversão da miséria rural em miséria urbana; e a distribuição da riqueza continua desequilibrada e injusta.

Não é de admirar, portanto, a proliferação de preocupações que parecem nutridas pelo temor de que a ausência de soluções para os males maiores se converta em combustível de reações incontrolláveis. É significativo que tais preocupações se estejam fazendo ouvir simultaneamente, e com veemência, em várias latitudes e áreas de ação. Manifesta-se o Presidente do Grupo do Banco Mundial, quando afirma que “os aumentos da renda nacional, embora indubitavelmente essenciais, não beneficiam os pobres, a menos que cheguem até eles”, e distingue categorias de pobreza, indicando que:

“Primeiro, existe enorme pobreza naqueles países, de modo geral bastante pequenos, que simplesmente dispõem de poucos recursos — naturais, financeiros ou de pessoal capacitado — para fomentar seu crescimento. Há tão pouca riqueza nesses países que, mesmo se estivesse distribuída de maneira mais equitativa, praticamente todos ainda continuariam muito pobres. (...)”

“Segundo, existem regiões sumamente pobres na maioria dos maiores países em desenvolvimento. (...) A integração dessas regiões nas outras zonas da economia que crescem mais rapidamente apresenta, com frequência, difíceis problemas culturais e econômicos. (...)”

“É, porém, na terceira categoria que existe a maior pobreza, a mais difundida e persistente de todas. É a pobreza dos grupos de baixa renda de todos os países em desenvolvimento — aproximadamente 40% de sua população total. São os grupos que apesar do crescimento econômico bruto dos respectivos países, continuam a viver jungidos a condições tais de privação que estão à margem de todo conceito de dignidade humana”.⁷

Expressão de preocupações idênticas são as considerações do Chefe da Repartição Central de Coordenação e Planejamento da Venezuela, para quem “... a evolução de uma nação não tem sentido se não se consegue melhor maneira de viver para todos os homens que nela habitam e maior justiça social”. Foi o que pôs em re-

levo aquela autoridade venezuelana, apoiando-se em conceitos de François Perroux:

“(...) o desenvolvimento (...) deve promover uma crescente participação de todos os homens, mais completa integração interna e regional (...) e deve ter presente o sentimento de independência e soberania comum a todos os povos (...) existem ainda, porém, muitos homens, grupos e entidades que continuam identificando o desenvolvimento única e exclusivamente com o fenômeno de crescimento. O que nos perguntamos é se devemos continuar a participar da carreira dos indicadores macro-econômicos tradicionais (...) se não chegou o momento em que se deve buscar outras expressões, que, com exatidão maior, reflitam se uma sociedade está ou não se transformando e se os seres que a formam estão alcançando níveis mais elevados de existência”⁸.

Indagações não menos expressivas são as do atual Presidente do Banco Nacional de Habitação do Brasil, experimentado usuário de estatísticas que, com franqueza e lucidez, há vários anos vem traduzindo para linguagem de alcance geral o que dizem os números, ora ressaltando as implicações do acelerado crescimento da população, ora o aumento do número de analfabetos do país, não obstante o notável esforço governamental no setor da educação, ora possíveis soluções para os desafios da urbanização.⁹ São múltiplos os exemplos de preocupação com os problemas sociais, porém parece dispensável insistir neles.

Comprovam a complexidade do problema as conclusões a que chegaram, até agora, os organismos internacionais e os governos de países desenvolvidos que estão estudando como medir condições sociais e integrar as informações correspondentes em sistemas de dados. A contribuição mais recente das Nações Unidas é a versão provisória parcial de um amplo relatório técnico sobre o que se conseguiu até agora “no projeto e delineamento de um sistema de estatísticas demográficas e sociais”;¹¹ as premissas em que fundamenta o que preconiza, entretanto, ainda se encontram sob exame e não parece provável que sua aplicação, pelos países em desenvolvimento, seja mais rápida ou mais fácil que a experimentada pelo sistema de contas nacionais. O Canadá ressaltou que as dificuldades presentes nas estatísticas sociais “são tão grandes e variadas que, mesmo com uma série de conferências dedicadas exclusivamente a esse tema, apenas se tocaria a superfície do problema”.¹² Os Estados Unidos, que desde 1966 se têm empenhado em produzir estatísticas e indicadores sociais, a fim de “medir melhor a distância percorrida e planejar o caminho adequado”, ainda não consideram definitivos os resultados obtidos, apesar do que conseguiram da publicação, em 1969, de *Toward a Social Report*.¹³

Sugestões para o Futuro

Caso se mantenha a atual situação, agravar-se-á o desequilíbrio mencionado, porque, enquanto estão melhorando a disponibilidade e utilização das estatísticas econômicas, cresce a procura de dados sociais, sem que, sequer, se logre o aproveitamento efetivo das informações existentes. As sugestões que se seguem têm como propósito evitar que isto ocorra, ou seja, contribuir para o conhecimento do panorama social dos países da região e, assim, facilitar a solução, ao menos parcial, de algumas incógnitas correspondentes.

Primeiro. O reconhecimento da necessidade de iniciar uma ação contínua em favor das estatísticas sociais, tendo em conta que estas constituem instrumentos essenciais para: a) romper a muralha de ignorância que circunda o fenômeno social nos países em desenvolvimento e nas regiões que os constituem, revelando a realidade dos mesmos; b) facilitar a programação da atividade futura, a médio e longo prazo, tendo em vista as mudanças que estão ocorrendo na estrutura da sociedade e nos grupos que a formam; e c) fundamentar medidas que contribuam para solucionar problemas urgentes e reduzir desigualdades que se fazem mais chocantes e injustas à medida que progridem os referidos países.

A luz do exposto nos capítulos anteriores, não parece necessário justificar o que acima se indica.

Segundo. A realização imediata, pelo serviço central do sistema estatístico de cada país em desenvolvimento da região, de um inventário das estatísticas de conteúdo social ora disponíveis, com o fim de: a) corrigir, onde isto seja fatível, a impressão generalizada sobre a inexistência de tais estatísticas e sua má qualidade; b) identificar os setores nos quais a informação é insuficiente ou inadequada; e c) incluir no programa estatístico nacional, de forma gradual, as pesquisas essenciais para atender à procura mais premente.

Na maior parte dos países da América Latina, o que ocorre entre produtores e usuários de estatísticas sociais se assemelha ao diálogo dos surdos da anedota, em que cada um diz o que pretende sem haver ouvido o que lhe disse o interlocutor; daí o argumento da falta de dados para justificar a ausência de enfoque ou o enfoque superficial dos aspectos sociais e as críticas repetidas e acres à falta de estatísticas que permitam traçar perfis sociais, ponderar o significado das mudanças que estão afetando a sociedade e, ainda, caracterizar problemas óbvios.

É certo que as deficiências estatísticas, em certos casos — emprego e desemprego, por exemplo —, são notórias. É certo que alguns países não ajustam os critérios que aplicam na produção de dados sobre habitação, educação, saúde e outros campos às enormes mudanças verificadas nestes setores; também é certo que nem sempre se aproveitam satisfatoriamente os registros administrativos para fins estatísticos. Por outra parte, é sabido que, em numerosos países, os serviços estatísticos, sobretudo os responsáveis pelos censos e pesquisas domiciliares por amostragem, possuem mananciais de dados, divulgados e inéditos, que nunca foram analisados. Quando existe algum “know how” e se dispõe de engenho e imaginação, principalmente no setor social, é possível chegar a resultados muito melhores que os obtidos por grande número de países; com todas as suas limitações, a informação nacional serviu de base aos estudos do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) sobre posse e uso da terra e o desenvolvimento do setor agrário,¹⁴ como o demonstrou Raúl Prebisch com seu volume sobre *Transformación y Desarrollo*;¹⁵ e à missão da Organização Internacional do Trabalho, sob a direção de Dudley Seers, para o relatório sobre o problema do emprego na Colômbia.¹⁶

Terceira. A reordenação das prioridades relativas às estatísticas sociais, com o propósito de, nos próximos anos, a) conseguir que a informação existente seja utilizada para identificar áreas onde os problemas sociais possam dar origem a situações explosivas e fundamentar soluções de emergência; b) definir, melhorar e ampliar os dados essenciais para o planejamento do desenvolvimento social em nível nacional e regional; e c) reunir os conhecimentos e a experiência indispensáveis para estabelecer indicadores de progresso social fidedignos e organizar sistemas de estatísticas sociais e demográficas dentro dos critérios que sejam propostos pelas Nações Unidas, como resultado dos estudos que estão efetuando.

A Sexta Conferência Interamericana de Estatística estabeleceu normas para ajudar os países do Continente a enfrentar e atender as necessidades estatísticas na década de 70. Neste contexto, referiu “novos tipos de dados, particularmente (...) aqueles que proporcionam indicadores sociais”, assinalando que “merecem, sem dúvida alguma, atenção especial”. Entretanto, optou por não formular recomendações específicas, tendo em vista que seria desaconselhável considerar tais necessidades *per se*, porque devem ser atendidas através dos programas nacionais de estatísticas e ficar sujeitas às prioridades que os países estabeleçam, em função da procura geral e dos recursos para satisfazê-la. De acordo com a Conferência, “a) os aspectos relacionados com o que se passou a designar como ‘problemas da sociedade moderna’ são múltiplos e complexos, e compreendem tudo o que se refere a população, recursos naturais

e meio ambiente, atividade humana em suas diferentes modalidades, emprego, desemprego e subemprego, renda e sua distribuição, concentração e dispersão dos seres humanos, família, juventude, educação, saúde e bem-estar, crime e demais formas negativas de comportamento social, direitos humanos e outros aspectos sociais; b) cada aspecto social se vincula a outros e sua pesquisa isolada resultaria artificial e de reduzido valor, além de mais onerosa; c) muitos dos dados que se requerem devem ser obtidos mediante estatísticas primárias que ainda não se estão produzindo ou que estão sendo levantadas de acordo com critérios diferentes dos preconizados para a produção dos indicadores sociais, e com periodicidade, amplitude e grau de detalhe inferiores aos necessários para sua utilização no cálculo dos mesmos indicadores e sua agregação em sistemas como os que estão desenvolvendo as Nações Unidas; e d) a pesquisa envolve o emprego de diferentes métodos, desde censos até inquéritos por amostragem e registros administrativos".¹⁷

Difícilmente se poderia por em dúvida o acerto da Conferência mencionada, se se admite que poucos países da região se acham em condições de dedicar atenção preferencial, em futuro imediato, à produção dos dados que se requerem para as contas nacionais respectivas, ou de contribuir eficazmente para o desenvolvimento da respectiva metodologia. O fato é reconhecido até por países que dispõem de estatísticas avançadas, e *Statistics Canada* expressou claramente que "as discussões em reuniões internacionais de grupos-de-trabalho sugerem que nenhum país no mundo está ainda em condições de gerar, num futuro próximo, todas as séries estatísticas principais que têm sido identificadas como importantes para a avaliação do comportamento e bem-estar da população".¹⁸ Entretanto, isto não constitui obstáculo para que a informação sobre aspectos sociais seja usada como instrumento de ação.

Coerente com o que foi dito está a sugestão no sentido do uso da informação estatística para identificar áreas potencialmente explosivas e como base para soluções de emergência dos respectivos problemas. A título de exemplo se pode referir o que está ocorrendo dentro ou nas cercanias das áreas urbanas densamente povoadas e em processo de expansão, como resultado da concentração de grupos numerosos em estado de "pobreza absoluta".¹⁹ Como assinou Charles Adams, "exércitos de 'ocupantes' estão tomando cada sítio vazio, não só na área suburbana, mas até mesmo no centro das cidades, e armando barracos de lata, madeira ou papelão. (. . .). Em sua maioria, as áreas ocupadas não dispõem de serviços, nem de escolas, nem de esgotos, nem sequer de água, a não ser a que os 'ocupantes' vão buscar em baldes ou tonéis de gasolina, quando não a alto custo a compram a vendedores ambulantes. O lixo se acumula em torno de seus barracos. Estes casarios são uma constante ameaça de incêndio e à saúde, mas os governos municipais estão quase impossibilitados de exercer qualquer controle ou fazer

algo para melhorar suas condições".²⁰ Parece fora de dúvida que tais grupos, que nada têm a perder, podem ser levados eventualmente a converter as "barriadas" e "ciudades callampas" em centros de agitação política, berço de conflitos e reivindicações violentas. O uso inteligente da informação estatística que já existe e da que se pode obter através de inquéritos por amostragem, como base para programas sociais de efeitos imediatos, pode descarregar tensões e transformar-se em elemento construtivo, sobretudo nas áreas de elevada densidade demográfica. Os "mapas de problemas urbanos" da revista *Realidade*,²¹... nos quais aparecem configuradas as áreas mais pobres de algumas cidades brasileiras, ilustram como as estatísticas podem ser usadas.

Quarta. A criação, nos países, de mecanismos que contribuam para o melhor aproveitamento da informação estatística sobre aspectos sociais, mediante a ação interdisciplinar conjunta dos sistemas estatísticos, das instituições de ensino e pesquisa de nível superior e das entidades governamentais e privadas que trabalham no setor social.

O caráter interdisciplinar da ação relacionada com as estatísticas sociais tem sido pouco reconhecido nos países em desenvolvimento do Continente americano. O que se conseguiu até agora é produto do esforço de profissionais que trabalharam isoladamente, orientados pelas preferências e preconceitos de seus campos de especialização. No entanto, o estudo dos fenômenos sociais não deve ficar entregue principalmente a estatísticos e demógrafos, como está correndo.

Uma possível solução para esse problema, considerando-se as limitações de pessoal capacitado e recursos financeiros que enfrentam os países latino-americanos, seria a formação de um tripé em que as entidades acima referidas se apoiassem mutuamente: os serviços estatísticos contribuiriam com as informações que produzem, imprescindíveis como matéria-prima, e com a metodologia necessária no que concerne à análise estatística pertinente; os departamentos de sociologia ou antropologia das instituições de ensino e pesquisa superior, com o conhecimento global e o "know how" analítico no campo específico; e as instituições que trabalham com matérias do setor social, além de participar da definição das necessidades de dados e beneficiar-se da colaboração das entidades citadas, financiariam as pesquisas sobre aspectos novos de seu particular interesse.

Os serviços estatísticos latino-americanos, a não ser excepcionalmente, dão por terminada sua tarefa com a divulgação dos resultados de suas pesquisas; a associação de tais resultados à análise dos fenômenos sociais e ao processo mediante o qual se procura solucionar os problemas inerentes, poderia dar àqueles serviços o sentido de finalidade e de participação que às vezes lhes tem faltado.

Por sua vez, os departamentos de sociologia ou antropologia se beneficiariam lidando com estatísticas e aplicando-as ao estudo de problemas concretos. O ensino que ministram e a análise que efetuam têm sido qualificados, alternativamente, de livrescos e tendenciosos, dado que, amiúde, os professores carecem de experiência na pesquisa direta da realidade, e nem sempre medem as implicações das teorias que propagam; além disso, o enfoque dos problemas sociais — como antes se referiu — frequentemente está associado a movimentos de caráter político.

É óbvia a conveniência da participação das instituições usuárias no tripé. Elas têm estado clamando por estatísticas, mas nem sempre definiram de maneira concreta suas necessidades, ou avaliaram corretamente as dificuldades inerentes à coleta e elaboração dos dados. A vinculação com os estatísticos e os cientistas sociais lhes pode proporcionar enfoques novos dos problemas com que lidam e contribuir para a busca de soluções.

Quinta. A prestação aos países, tanto por organismos internacionais como por instituições especializadas de países adiantados, de colaboração técnica e financeira para: a) a adoção de métodos e processos simplificados de análise das estatísticas sociais; b) o emprego dos dados disponíveis na avaliação da situação atual e na estimativa das necessidades do futuro imediato; c) a utilização, como base para a produção de estatísticas, de registros estabelecidos para fins administrativos; d) a adaptação dos processos de elaboração mecânica ou eletrônica de informação às necessidades atuais, a fim de produzir tabulações especiais, segundo os diferentes tipos de áreas ou critérios; e) a seleção de amostras das informações coletadas através de censos e outras pesquisas de grande amplitude, para uso por instituições universitárias e outras não vinculadas ao sistema estatístico em seus trabalhos de análise; e f) a identificação de situações e áreas que requerem medidas de emergência por parte dos governos.

Como já se disse, na maior parte dos países em desenvolvimento do Continente americano, mesmo quando as estatísticas apresentam deficiências às vezes sérias, já existe um grande volume de dados que nunca foram analisados. Isto se deve, entre outras razões: a) à comunicação insatisfatória entre os que produzem a informação e aqueles que a deveriam utilizar; b) ao desconhecimento do que existe e do que estará disponível no período seguinte; c) à inexperiência em trabalhos de análise e extrapolação, sobretudo quando os dados não são produzidos de acordo com o que espera ou aspira o usuário; d) à falta de habilidade para trabalhar com o que existe, quando não se conta com o "dado ideal"; e e) à arraigada tradição no tocante à forma de apresentação das estatísticas, sujeitas a critérios

rígidos de disposições legais ou convencionais nem sempre consentâneas com a procura atual.

Os exemplos de inconsistência são numerosos. Graças à "convvincente" promoção das empresas fabricantes, equipamentos de computação de alto custo se converteram em "símbolos de prestígio" — ainda que, não necessariamente, em "símbolos de eficiência" — nos países em desenvolvimento; é mais frequente sua utilização para realizar as tarefas em que se empregam os equipamentos convencionais que para obter melhor rendimento dos dados. Além disso, em quase todos os países existem escolas e outras instituições dedicadas ao ensino e à pesquisa de matérias sociais; não obstante, as teses e memórias dos diplomados demonstram maior preocupação com análises de tipo "teórico" ou "acadêmico" que com fenômenos de interesse real ou imediato para a região. Por último, pode-se mencionar que os censos realizados permitiriam conhecer detalhes de importância reconhecida para o estudo de soluções viáveis para numerosos problemas sociais; não obstante, não se explora suficientemente essa fonte porque, como se referiu, prevalecem critérios convencionais de elaboração das informações por áreas maiores ou divisões político-administrativas, e se perde a possibilidade de análise dos grupos ou áreas problemáticos.

NOTA: Algumas das observações e sugestões que figuram no presente documento foram apresentadas na reunião inaugural da XI Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (COINS), realizada em Ottawa, Canadá, de 25 de setembro a 2 de outubro de 1973. Documento 6662b do IASI, 24 de setembro de 1973.

- 1) Montenegro, Tulo Hostilio. "Bibliografía Anotada de las Principales Fuentes de Estadísticas sobre América Latina". *Handbook of Latin American Studies* n.º 29 — *Social Sciences*. Hispanic Foundation, Library of Congress, Washington, D. C., 1967, pág. 613.
- 2) Organización de los Estados Americanos. *Cuarta Conferencia Interamericana de Estadística, Washington, D.C., 5 al 16 de Noviembre de 1962: Informe Final*. OEA Documentos Oficiales. OEA/Serv. C/VI.6.4; *Quinta Conferencia Interamericana de Estadística, Caracas, Venezuela, 9 al 16 de Octubre de 1967: Informe Final*. OEA/Serv. C/VI.6.5; *Sexta Conferencia Interamericana de Estadística, Santiago, Chile, 6 al 14 de Noviembre de 1972: Informe Final*. CEA/Serv. C/VI.6.6.
- 3) *Federal Statistics: Report of the President's Commission*. Volume I. U.S. Government Printing Office, Washington, D.C., 1971.
- 4) "Actividades Estadísticas Realizadas en la Región Americana desde la Celebración de la Quinta Conferencia Interamericana de Estadística". OEA/Serv. K/IV.6.1; IASI documento 6398b, 25 de agosto de 1972. Capítulo II, pág. 64.
- 5) Parke, Robert and Sheldon, Eleanor Bernert (Social Science Research Council). "Social Indicators One Year Later: An Overview". A paper prepared for presentation at the meeting of the Second Annual Social Indicators Conference, sponsored by the Public Policy and Issues Division, American Marketing Association, February 21-23, 1973. Washington, D.C.; The Environmental Protection Agency, Office of Research And Monitoring, Environmental Studies Division. *The Quality of Life Concept: A Potential New Tool for Decision Makers*. United States, 1973.

- 6) Brow, Lester R. **World Without Borders**. Vintage Book, A Division of Random House, New York, August 1973.
- 7) Discurso ante a Junta de Governadores, de Robert S. Mc Namara, Presidente do Grupo do Banco Mundial, Washington, D.C., 25 de setembro de 1972.
- 8) Casas González, Antonio, Jefe de la Oficina de Coordinación y Planificación de la Presidencia de la República de Venezuela ante el Comité Interamericano de la Alianza para el Progreso. "Venezuela: El Hombre como Objetivo Fundamental del Desarrollo". Agosto de 1973, págs. 1-2.
- 9) Costa, Rubens. Série de Estudos publicados pelo "Banco do Nordeste do Brasil" e pelo "Banco Nacional de Habitação". Brasil, 1970-73. Em particular, **Novas Atitudes e Nova Mentalidade para Enfrentar os Desafios do Crescimento Urbano** (Rio de Janeiro, 1972) e **Crescimento Demográfico e Poluição do Meio Ambiente** (Rio de Janeiro, 1973).
- 10) As extensas reportagens publicadas pelas Revistas **Veja e Realidade**, também do Brasil, sobre a distribuição da renda nacional e o crescimento das cidades, indicam a existência de crescente interesse pelos temas sociais.
- 11) **Towards a System of Social and Demographic Statistics**. United Nations Secretariat, Document ST/STAT.68, 24 July 1973.
- 12) Dominion Bureau of Statistics (Statistics Canada). "Measurable Concepts in Social Statistics", pág. 1.
- 13) Parke and Sheldon, *op. cit.*; U S Department of Health, Education and Welfare. **Toward a Social Report**. Government Printing Office, Washington, D.C., 1969, pág. iii.
- 14) Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola (CIDA). **Serie sobre Tenencia de la Tierra y Desarrollo Socio-Económico del Sector Agrícola**, y otras series. Secretaría-General de la Organización de los Estados Americanos, Washington, D.C.
- 15) **Transformación y Desarrollo: La Gran Tarea de América Latina**: Informe presentado al Banco Interamericano de Desarrollo. Washington, D.C. may de 1970.
- 16) Oficina Internacional del Trabajo. **Hacia el Pleno Empleo. Un programa para Colombia**, preparado por una misión internacional organizada por la Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra, 1970.
- 17) Organización de los Estados Americanos, **Sexta Conferencia Interamericana de Estadística...: Informe Final**, pág. 37.
- 18) Ver referência n.º 12.
- 19) Em seu "discurso ante la Junta de Gobernadores, Nairobi, Kenia, 24 de Septiembre de 1973", pág. 32, Robert S. Mc Namara usa a expressão "pobreza absoluta" para indicar "uma pobreza tão extrema que coloca as vidas das pessoas abaixo do nível mínimo da dignidade humana. Os que sofrem essa pobreza absoluta não são uma minoria diminuta de desafortunados, um conjunto heterogêneo de fracassados, uma exceção lamentável — porém insignificante — da regra. Pelo contrário, representam cerca de 40% dos quase dois bilhões de indivíduos que vivem nas nações em desenvolvimento".
- 20) Brown, Lester R. *Op. Cit.*, pág. 79.
- 21) **Realidade**, maio de 1972. Suplemento Especial: "A árvore de Cidades Brasileiras e os Mapas de nossos Dramas Urbanos". Editora Abril, São Paulo.

SUMMARY

The availability of statistics for the American continent has considerably increased, even if some quantitative and qualitative problems still persist. At the same time the unbalance between economic and social statistics has also increased, not only in terms of their utilization.

As a result of changes occurring in the Occident, the growing concern with the situation of underprivileged social groups and other reasons, it is necessary to develop a special interest towards social statistics, giving priority to them in the next future.

This article intends to give some bases to such statements, and presents suggestions on the subject.